



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

07/05/2016

INDICE

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. CASAMENTO COMUNITÁRIO.....	1 - 2
1.2. INFORMATIVO.....	3
1.3. ORÇAMENTO.....	4 - 8
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. CONVÊNIOS.....	9
2.2. SEGURANÇA.....	10 - 14
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. JUÍZES.....	15
4. JORNAL PEQUENO	
4.1. COMARCAS.....	16 - 17
4.2. CONVÊNIOS.....	18
4.3. DECISÕES.....	19 - 20
4.4. JUÍZES.....	21
4.5. VARA CRIMINAL.....	22
4.6. VARA DA FAMÍLIA.....	23

Roda Viva

Cem anos da professora Santinha

Benedito Buzar bbbuzar@hotmail.com



No meu santuário de recordações, uma mulher terá sempre um lugar cativo e será eternamente reverenciada: Anozilda Santos Fonseca ou Santinha. Foi ela que me deu a luz da alfabetização e ainda me fez devoto das letras e dos livros, que me valeram a ser bem-sucedido no curso primário e chegar ao ginásio sem maiores problemas.

Por tudo que fez por mim e pelas novas gerações da minha terra, curvo-me diante dela, com o respeito e a veneração que merece, para homenageá-la pela luminosa idade de 100 anos, que completou dia 26 de abril, mas que os familiares, ex-alunos e amigos vão comemorar neste sábado.

Para minha alegria e felicidade, acompanhei de perto a sua longa trajetória de vida, toda dedicada ao magistério, profissão que abraçou e se entregou de corpo e alma.

Vê-la completar uma centúria de existência, plena de invejável lucidez e inquebrantável vitalidade, é uma glória e uma bênção divina. Dos idos de minha infância, quando a conheci, aos dias de hoje, Dona Santinha nunca deixou de ser uma mulher destemida, virtuosa, exemplar esposa, mãe e amiga. Na sua caminhada de vida, passou por bons e maus momentos e enfrentou dias de alegria e de tristeza, mas manteve-se firme, sabendo-se comportar com dignidade e ética.

Por dever de gratidão e sentimento de admiração, quero hoje tornar pública a história de vida dessa mulher que veio ao mundo para cumprir a mais nobre missão humana: educar, educar e educar.

Anozilda nasceu na cidade de Guimarães, filha da doméstica Antoninha e do farmacêutico Manoel dos Santos. Com oito anos, já chamada de Santinha, mudou-se para São Luís, onde o pai montou uma botica, na Rua de Santana. Santinha só não foi farmacêutica, porque a mãe obrigou-a ser professora. Começou os estudos na Escola Modelo, de onde saiu para brilhar em outros colégios, como aluna exemplar, no Convento de Santa Teresa, Ateneu Teixeira Mendes, Rosa Castro e Liceu Maranhense. Diplomou-se normalista em 1936, mas só três anos depois, ou seja, em 1939, conseguiu o emprego de professora substituta, lotada na cidade de Itapecuru-Mirim, no Grupo Escolar Gomes de Sousa, que ain-

da funcionava numa casa particular. Ficou apenas um ano na função, pois a titular, voltara às atividades. Logo depois, outra professora, na mesma cidade, pediu licença para tratamento de saúde e ela é convocada para substituí-la. Cumprida a missão, retorna a São Luís, indo lecionar num colégio no interior da Ilha.

Nos idos de 1941, conhece em Itapecuru um rapaz forte e bem disposto chamado José Barbosa Fonseca, mais conhecido como Zezeca. O namoro rapidamente se transforma em avassaladora paixão, mas contra a vontade de dona Antoninha, que desejava para a filha um candidato formado. Quanto mais a mãe pressionava, mais Santinha se empolgava com a conversa e o porte físico do jovem itapecuruense.

Na tentativa de sufocar aquela arrebatada paixão, dona Antoninha exila a filha em Guimarães, mas o namorado, perdido de amor, parte atrás da amada, apenas com a cara e a coragem. O auge da perseguição ocorre quando flagra a filha e o namorado sob tórrido romance, que custa a Santinha uma incrível surra.

Diante de tamanha agressão, a filha reage e articula com o namorado uma fuga para São Luís, onde se hospedam na casa de uma amiga. Dias depois, procuram o Tribunal de Justiça, cenário da união jurídica de Santinha com Zezeca, ato realizado em 8 de maio de 1942. Para pagar as despesas do casamento, a noiva teve de se desfazer de um precioso anel de ouro, por ironia, presente da mãe.

Cinco dias após o casamento, o casal viaja para Itapecuru, onde residiam os pais de Zezeca, na suposição de que, naquela cidade, tinham pelo menos comida e casa para morar. Para ajudar no sustento da família, Santinha resolve lecionar em casa, valendo-se dos anos em que, como professora substituta, se tornou conhecida e fez um bom relacionamento na cidade. Além do ensino particular, ela consegue um lugar de professora no Colégio Rio Branco, graças à benevolência do proprietário, o professor João da Silva Rodrigues.

No correr de 1943, a sorte começa a arejar a vida do casal. Tudo acontece quando o engenheiro Emiliano Macieira, então diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, visita a cidade. Sem medo de ser feliz, Santinha pede emprego para

No meu santuário de recordações, uma mulher terá sempre um lugar cativo e será eternamente reverenciada: Anozilda Santos Fonseca ou Santinha

DIVULGAÇÃO



o marido e Dr. Emiliano concede.

No ano seguinte, o Governo do Estado começa a construir um grupo escolar em Itapecuru, para atender a demanda crescente de matrículas e levando em conta de que a casa onde funcionava o colégio não mais satisfazia às exigências educacionais do município. Quando o interventor Paulo Ramos e o prefeito Bernardo Tiago de Matos esco-

lhiam o local onde seria levantado o grupo escolar, Santinha não deixa a oportunidade fugir. Apresenta-se como professora e desempregada. Paulo Ramos impressiona-se com a desenvoltura e a iniciativa da normalista e a nomeia.

Imediatamente começa a trabalhar no velho e improvisado Grupo Escolar Gomes de Sousa, sob a direção da professora Sinhá Tavares. Dois anos depois, em 1946, o novo colégio é entregue à cidade, em solenidade que conta com as presenças do interventor Saturnino Bello e do prefeito Abdala Buzar Neto.

Santinha, no novo colégio, impõe-se pela liderança e competência na arte de ensinar e de lidar com adolescentes. Nos meados da década de 50, a então diretora do Gomes de Sousa, professora Cotinha, aposenta-se. Espontaneamente, o nome de Anozilda Fonseca vem à tona para substituí-la. As autoridades do município e a comunidade apontam-na, por mérito e direito, para dirigir o novo Grupo Escolar.

Na função de diretora, passa vinte anos, no correr dos quais conquista a admiração dos corpos docente e discente pela maneira democrática e transparente como se conduzia à frente do colégio. Algumas vezes, ela chegou a ser alvo de perseguição, por não se submeter às injunções e aos caprichos da política municipal.

Em 1969, Santinha, decide mudar completamente o rumo de sua vida familiar. Em função dos nove filhos, alguns precisando de ensino universitário, outros de emprego, ela deixa Itapecuru, onde viveu boa parte de sua existência, construiu um lar e se fez respeitada e conceituada.

Negocia a sua transferência para São Luís com a Secretaria de Educação, sendo a mesma deferida, sem perder as vantagens e os direitos adquiridos. Passa o cargo de diretora do Gomes de Sousa para a amiga e professora Maud Mubarak, e assume, em São Luís, a diretoria de um colégio no bairro Sacavém, e ainda consegue com o então governador José Sarney uma casa para morar, construída pelo Ipem.

Anos depois, por razões pessoais, pede remoção para o Colégio Júlio Mesquita, na Cohab, na direção do qual se manteve até o ano do seu pedido de aposentadoria, em 1974.

**LUÍS FERNANDO DOMINICI
CASTELO BRANCO**

Comissão sentenciante

Com o advento da Constituição Cidadã, em 1988, os Tribunais do nosso país, que ainda trabalhavam com uma estrutura de dois séculos atrás, portanto, obsoleta, tornaram-se o destino das frustrações e conflitos de uma sociedade cada vez mais complexa e heterogênea, que não tardou em direcionar sua justa necessidade de soluções para o Poder Judiciário, até então distante e quase inatingível, o que provocou um gigantesco aumento das demandas judiciais, que não encontrou paralelo na infra-estrutura judiciária, que não tinha (e cada vez tem menos) condições de conseguir alcançar o número de ações ajuizadas a cada ano, significando diante desse continuado crescimento, acontecerem acúmulos de processos sem sentenças. Em poucos anos, essa deficiência da prestação jurisdicional passou a retratar outra forma de ausência do Estado, o colapso institucional.

Inobstante tal realidade, com certeza a maioria dos advogados brasileiros reconhece o esforço que os Tribunais de Justiça dos Estados estão fazendo para conseguirem avançar na entrega da prestação jurisdicional represada, desafio que tem o propósito de diminuir o tempo de desfecho da quantidade cada vez maior de ações ajuizadas, diante do crescimento intenso de ações não julgadas, ano após ano, que demonstra ter faltado, até aqui, aos TJs, meios apropriados e criativos (ante à notória limitação de recursos materiais e humanos), para vencerem essa realidade cruel, como a sociedade brasileira tanto deseja e espera.

Nesse contexto, elogiável, portanto, a iniciativa da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, de instituir uma Comissão Sentenciante, composta por um corpo permanente de magistrados e servidores dedicados,

Elogiável, portanto, a iniciativa da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão

exclusivamente, à tarefa de julgar processos aptos a serem sentenciados acumulados nas sobrecarregadas varas cíveis da capital, afastando velhos conceitos de mutirões, nos quais o magistrado convocado para participar, de antemão já previa que aquele serviço ("mutirão"), além de provisório, deslocaria magistrados de outras Comarcas e ainda retiraria os juízes auxiliares de suas funções para compor o mutirão, numa autêntica lógica de deslocamento do problema (como se diz popularmente, tampar 3 garrafas com 2 tampas, deixando sempre alguma descoberta). Além do mais, o jurisdicionado que não tivesse seu processo incluído naquele esforço pontual, continuaria a esperar anos pela entrega da prestação jurisdicional.

Finalmente, apesar de estarmos convivendo com volumosas turbulências, também reconheço que a OAB-MA vive época de enfrentar e vencer grandes desafios, dentre eles, chamo atenção para que o Presidente da OAB-MA, além de se solidarizar, manifeste adesão à iniciativa da Corregedoria Geral de Justiça do Maranhão, para transformar a Comissão Sentenciante, inicialmente de caráter provisório (embora não datada), em permanente. Somente assim, traremos algum alívio para a sociedade, se não uma solução, transformando essa iniciativa em meio legal para acontecerem julgamentos de milhares de processos conclusos para sentença.

Advogado e membro da Academia Maranhense de Letras
Jurídicas
Castelo.advogado@uol.com.br

Reajuste do mal

A aprovação no Congresso, da urgência para o projeto que propõe aumento de 41% para os integrantes do Ministério Público Federal e de 16% para o STF deixou alguns governadores de cabelos arrepiados.

Eles confessam que não sabem como os estados vão poder pagar esse reajuste. O Judiciário do Maranhão não

vai ter orçamento. Dos outros estados também não.

Um aumento desse vem em efeito cascata.

Repercute nos Tribunais de Contas, no Ministério Público e no Executivo, porque muitos servidores estão no teto do Judiciário.

Vale lembrar que ano passado foi aprovado reajuste de 70% e Dilma vetou. Agora...

TJ enfrenta crise financeira e tem déficit de R\$ 158 milhões em 2016

Ainda no mês de março, o Judiciário solicitou crédito suplementar ao Governo do Estado; após reunião na semana passada, governo Flávio Dino garantiu menos da metade do que foi pedido, em parcelas; servidores criticam

GILBERTO LÉDA
Da editoria de Política

A crise que afeta a economia dos estados brasileiros em geral – e do Maranhão em particular – atingiu em cheio o Judiciário maranhense, que antes mesmo do fim do primeiro semestre já apresenta déficit orçamentário e precisa de socorro do Governo do Estado para equilibrar as finanças.

A conta é alta e a fatura foi apresentada há pouco mais de um mês ao governador Flávio Dino (PCdoB) pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Cleones Cunha, em um “almoço informal”, segundo documento obtido por **O Estado**.

Por meio de um ofício datado do dia 16 de março, o magistrado solicitou do comunista a abertura de um “crédito adicional suplementar” de R\$ 158.151.610,15.

A justificativa principal é a mesma apresentada em 2015 pela ex-presidente Cleonice Freire: o orçamento do Poder Judiciário, aprovado pela Assembleia Legislativa, é deficitário. No caso da Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada para o exercício de 2016, segundo o TJ, os recursos des-

tinados ao TJ são 7,31% menores que os aprovados para o exercício do ano passado.

Alega-se, também, que a participação do Judiciário no orçamento estadual diminuiu de 7,76% em 2015, para 6,85% em 2016.

Pessoal

O maior problema do TJ é o pagamento de pessoal. Só para este fim o desembargador Cleones Cunha precisaria de R\$ 96.849.172,00 – R\$ 5,5 milhões dos quais necessários para garantir reajuste a magistrados e outros R\$ 4,2 milhões para convocação de 20 juízes aprovados em concurso.

Desse total, outros R\$ 17,3 milhões seriam necessários apenas para garantir o fechamento da folha de pagamento, sem contar o reajuste de 6,3%, referente a perdas inflacionárias (R\$ 26 milhões para implantação e outros R\$ 24,9% retroativos).

Para o custeio da máquina, o TJ precisa de R\$ 44,4 milhões: são R\$ 23,9 milhões “destinados a recompor os valores necessários para liquidação das obrigações em contratos já firmados”; R\$ 13,7 milhões para pagamento de auxílios e vales

SAIBA MAIS

Estranheza

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (Sindjus-MA) posicionou-se formalmente sobre o resultado dos pleitos do TJ ao Governo do Estado e disse, em nota, ter estranhado o fato de que aproximadamente 30% do que fora liberado tenha sido destinado ao pagamento da Gratificação por

Produtividade Judiciária (GPJ).

A GPJ, explica comunicado oficial da entidade, é uma gratificação transitória. “Logo, não incorpora aos vencimentos dos servidores da Justiça, além de alcançar apenas aqueles que cumpriram as metas de produtividade pré-estabelecidas pelo TJ-MA”.

de funcionários e ainda outros R\$ 6,7 milhões para reajuste de auxílios alimentação e saúde.

Cunha pediu, também, R\$ 16,8 milhões para concluir a obra de construção da estrutura física do Poder Judiciário na cidade de Imperatriz.

“[Os recursos são] necessários para realizar o fechamento da obra com o fito de evitar a depreciação prematura daquilo que fora construído até o momento”, justificou o desembargador.

Divulgação/TJMA



Maior parte da verba solicitada pelo TJ, da ordem de R\$ 96,8 milhões, seria usada para cobrir gastos com pessoal

Governo garantiu menos da metade do que foi solicitado

Após uma reunião realizada na quinta-feira, 5, o Executivo garantiu suplementação de R\$ 63 milhões, divididos em três parcelas

Alegando também passar por dificuldades financeiras, o governador Flávio Dino concedeu ao presidente do Tribunal de Justiça

do Maranhão, desembargador Cleones Cunha, menos da metade do que fora pedido – e de forma parcelada.

Após uma reunião realizada na quinta-feira, 5, o Executivo garantiu suplementação de R\$ 63 milhões.

Serão R\$ 18 milhões para o pagamento da Gratificação de Produtividade Judiciária (GPJ) referente ao ano de 2015, o que será

Suplementação será garantida em parcelas

feito em três parcelas (em julho, agosto e outubro, segundo comunicado do próprio TJ) e R\$ 15 mi-

lhões em duas parcelas (a primeira até junho e a segunda na metade do 2º semestre), para o custeio do Judiciário até dezembro de 2016.

Haverá, ainda, R\$ 30 milhões para cobrir os gastos com folha de pessoal – nas condições atuais – e pagamento de todos os auxílios existentes até o mês de dezembro de 2016.

Segundo a assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça, “não houve avanços nas negociações

relacionadas à suplementação para implantação do reajuste de 6,3%, referente às perdas inflacionárias dos servidores”.

“Lamentavelmente, não conseguimos, ainda, garantir a verba para o reajuste, mas continuarei, incansavelmente, empenhado em conseguir essa suplementação em prol dos servidores do Judiciário”, disse o presidente, em material distribuído pelo Tribunal de Justiça na tarde de quinta-feira. ●

Negociação Fiscal

O governo do estado, em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), realiza o 1º Mutirão de Negociação Fiscal do Maranhão, entre 16 e 18 de maio, no hall dos cinemas do Shopping da Ilha. O evento pretende incentivar o contribuinte a regularizar débitos fiscais, assegurando desconto em multas e juros de ICMS e IPVA, conciliação jurídica, serviços do Detran e do Viva.

Relógio secular inglês que fica próximo ao Tribunal de Justiça durante 60 anos orientou a população de São Luís

NA LADEIRA DA ESTRELA

Marcas do tempo

Relógios públicos que fizeram parte da história da cidade, hoje, sofrem com a ação do tempo, mas ainda guardam boas histórias

PATRICIA CUNHA

Eles fazem parte da história da cidade. Em tempos passados marcavam o tempo, ditavam horários, serviam de orientação para apressar ou diminuir os passos. Hoje já não ganham tanta atenção dos passantes. São meros enfeites, desprezados, alvos de vandalismo e sofrendo com a ação e desgaste do tempo. Os relógios públicos que tiveram grande função nos tempos de outrora agora guardam consigo apenas a fachada. E eles estão presentes em ruas, praças, em algumas igrejas ainda, a exemplo da Catedral da Sé e da Igreja de São Pantaleão. Mas agora apenas como ornamentação. Uma coisa é fato: ao contrário de outras cidades, São Luís não tem relógio público funcionando.

Os moradores da cidade, principalmente os mais velhos, lamentam que uma parte da história da cidade tenha sido

deixada para trás. O professor Barbosa, de 62 anos, costuma fazer do Centro seu caminho rotineiro. E lembra que, quando criança, gostava de olhar para o simpático relógio do Largo do Carmo. Não esse que está lá agora. Mas um bem antigo e que ainda funcionava. "Trocaram por esse aí mais moderno, mas que não funciona. Hoje é como uma estátua. Só serve para enfeite mesmo", lamenta o professor. De tanto tempo que não funciona, as pessoas nem se dão mais ao trabalho de levantar a cabeça. "Não sabia nem se tinha relógio aí", diz uma apressada vendedora de roupas ao passar pela praça.



Ano do primeiro relógio
que foi instalado no
Largo do Carmo durante a
administração do prefeito
Pedro Neiva de Santana

ONDE ESTÃO?

- Igreja da Sé (Praça Pedro II)
- Praça do Carmo (Largo do Carmo)
- Igreja de São Pantaleão (Rua de São Pantaleão)
- Rua da Estrela (Centro)



Veja vídeo:

Professor fala sobre a
situação dos relógios
www.oimparcial.com.br



Vontades e projetos
não faltam. Há
um desejo muito
grande no coração

que eles voltem a funcionar. Aliás, tanto os relógios, quanto os sinos que também já não tocam mais, estão todos com rachadura

Padre César, pároco da
Igreja da Sé



Restauração do Relógio do Carmo



1987

HOJE

A restauração do relógio está prevista no projeto do Programa de Aceleração do Crescimento (o PAC das Cidades Históricas), uma vez que o local foi reconhecido pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) como parte integrante do Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade e de Utilidade Pública, conforme a Lei Municipal nº 4.098, de 30 de outubro de 2002. "Tanto a reforma da estrutura dele, quanto a recuperação/troca do mecanismo para que ele volte a funcionar, estão previstos no projeto que está em elaboração. Este projeto ainda não foi concluído e, após a conclusão, seguirá para Brasília para aprovação prévia ao processo de licitação", informa o coordenador técnico dos Projetos do PAC Cidades Históricas, Rafael Arrelaro.

O primeiro relógio foi instalado no Largo em 1941, durante a administração do prefeito Pedro Neiva de Santana. Houve algumas intervenções, sendo a última modificação em 2006, na gestão do prefeito Tadeu Palácio. Em 2007, o equipamento de 1m de altura por 1m de comprimento voltou a funcionar por aquisição do Instituto Municipal de Paisagem Urbana (Impur), em substituição ao antigo. Não demorou muito para que ele deixasse de funcionar.



Tanto a reforma da estrutura dele, quanto a recuperação/troca do mecanismo para que ele volte a funcionar, estão previstos no projeto que está em elaboração

Rafael Arrelaro,
coordenador técnico dos
Projetos do PAC
Cidades Históricas

SEM RELÓGIOS, SEM SINOS NA IGREJA DA SÉ

Os relógios que estampam a fachada da Igreja da Sé, na Praça Pedro II, foram contribuições dos jesuítas quando da construção da primeira torre em 1737. A afixação teve autorização da Casa da Câmara. A Igreja dedicada a Nossa Senhora da Vitória é um dos monumentos históricos mais antigos de São Luís e é tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Fotografados e venerados por milhares de pessoas que visitam a Igreja, os relógios agora são apenas decorativos. "Se funcionasse seria útil e também uma beleza a mais. Mas o que é isso comparado à imponência da construção?", indaga a turista de São Paulo, Ísis Pinheiro.

De acordo com o pároco da Sé, Padre César, a torcida para que alguém se prontifique a financiar o restauro é grande. "Vontades e projetos não faltam. Há um desejo muito grande no coração que eles voltem a funcionar. Aliás, tanto os relógios, quanto os sinos que também já não tocam mais, estão todos com rachadura", lamenta o padre.

Os mais atentos devem perceber que na ladeira que separa a Rua da Estrela da Rua de Nazaré, próximo à Praça Pedro II, há dependurado um belo, mas castigado marcador de horas. O secular relógio instalado no anexo do prédio do Tribunal de Justiça do Maranhão é referência histórica de São Luís. A última restauração do relógio, segundo a assessoria do TJ, foi em 2012. Porém, não foi informado se há projeto de restauração concluído para o presente momento.

A relíquia – por mais sessenta anos – foi referência da hora certa para os ludovicenses. Importado da cidade de Croyton, na região metropolitana de Londres, na Inglaterra, foi fabricada em 1911 pela empresa Gillett & Johnston e adotada como modelo de relógio pela Companhia de Telégrafos "The Western Telegraph" para os seus escritórios na América do Sul. Nas cidades de Florianópolis (SC) e Rio Grande (RS), há similares preservados.

O modelo combina com o imóvel em estilo neoclássico do anexo "Carlos César de Berredo Martins", onde foi instalado, no mesmo ano em que a empresa companhia de telégrafos passou a funcionar na Praça Pedro II – a partir de 1º de maio de 1911 –, quando a avenida de mesmo nome ainda se chamava "Avenida Maranhense".

A companhia – que começou a operar no país em 1873 – fechou as portas cem anos depois, em 25 de abril de 1973. A agência Western e os ingleses deixaram o Maranhão definitivamente, mas o relógio ficou para trás. Na década de setenta, o imóvel onde o aparelho está instalado foi anexado ao Palácio da Justiça e passou a pertencer ao patrimônio do Poder Judiciário, por iniciativa do desembargador Lauro de Berredo Martins, presidente do Tribunal de Justiça nos anos de 1972 a 1974, que solicitou a desapropriação do prédio ao governo do Estado.

Na época, apenas os mais abastados possuíam relógios de bolso. O imponente relógio do cabo submarino era uma referência na cidade e simbolizava a famosa pontualidade britânica.

AUSÊNCIA DAS BADALADAS

Em igual situação estão os relógios da Igreja de São Pantaleão, cuja pedra fundamental foi lançada em 1780. As duas torres tinham antigamente seis sinos, foi então que a igreja de fachada simples recebeu dois

relógios de presente do governador Vitorino Freire. "Com os presentes, retiraram dois sinos e instalaram os relógios, um frontal e outro lateral, que funcionaram por muito tempo", afirma Paulo Victor, coordenador de pastoral daquela paróquia. Embora não tenha dados de quando os relógios tenham parado pela primeira vez, Paulo diz que em 2006 houve uma restauração e os monumentos chegaram a funcionar por alguns meses, para, em seguida, pararem de novo.

Vontade de que os relógios continuem a exercer as suas funções não faltam. Segundo o Pe. Orlando, pároco da igreja, o maior problema enfrentado para a restauração é encontrar profissionais que tenham conhecimento suficiente para lidar com o maquinário. "Esses relógios são muito antigos, com peças originais, e aqui em São Luís não encontramos quem trabalhe com isso", pontua o padre.

Certo é que esses relógios cumpriam uma função social e hoje são relembrados com nostalgia. "Os moradores sentem muita falta porque esses relógios soavam às 6h, meio-dia e às 18h, então, guiavam a vida das pessoas. As badaladas nesses horários já faziam parte da rotina delas, principalmente dos moradores do entorno", lamenta o Pe. Orlando.

Rede

O agora juiz aposentado Márlon Reis deverá assumir o comando estadual do Rede. A solenidade de posse já está sendo discutida com a direção do partido. Márlon quer coordenar o partido nas eleições municipais visando as eleições estaduais em que poderá disputar um mandato e de senador.

- Em portaria datada do último dia 4, a juíza Muryelle Tavares Leite Gonçalves, titular da Comarca de Magalhães de Almeida, suspende os serviços forenses na unidade na segunda-feira (9).
- Os prazos processuais também ficam suspensos na ocasião, ficando prorrogados para o primeiro dia útil subsequente à suspensão (10 de maio).
- De acordo com o documento (Portaria 10/2016-GJ), a medida se deve aos serviços de dedetização, desratização e descupinização a serem efetuados nas dependências do Poder Judiciário da Comarca na data.

Mãe, um exemplo de dedicação

Neste Dia das Mães celebramos não só o milagre da reprodução da vida, como o papel dessa figura central na vida de cada um de nós e de toda a sociedade. Celebramos também, por extensão, a figura de tantas mulheres lutadoras e batalhadoras. A capacidade feminina de executar tarefas múltiplas de forma simultânea sempre surpreende a todos e ganha na maternidade o seu ápice. O amor incondicional, a força e a superação são marcas das mulheres ao lidar com os filhos, desde a concepção até chegarem à fase adulta. Tenho o prazer de ainda desfrutar da vigilância e convívio de minha mãe, que além de tudo é um exemplo para minha vida pessoal e pública. Suely Pereira é para mim um exemplo de dedicação à vida pública, o que ela tem demonstrado diariamente no exercício do mandato de prefeita de Matões. Nesses 7 anos de mandato, destaco como um de seus grandes feitos o fato de ter extinto em todo o território do município a existência de escolas de taipa.

Foram 50 novas escolas construídas, extinguindo no município as famigeradas escolas de taipa ou palha, uma praga que envergonha o Maranhão. Tivesse a prefeita a sorte de ter Flávio Dino como governador antes, e as obras não teriam sido inauguradas em 2015, mas muito antes. Isso porque, pela primeira vez no Maranhão, estamos tendo um governador amigo das cidades, independente da coloração partidária de quem comanda a máquina pública no município. Na maior parte de seus dois mandatos, sem apoio estadual, Suely teve de batalhar muito pelas benfeitorias para os matoenses. Foi assim que ela trabalhou pela reurbanização do centro do município e melhoria das estradas para áreas rurais. Assim também trabalhou pela entrega de 14 novos postos de saúde na cidade, que serão todos readequados pelo governo federal. A prefeita também garantiu novas instalações para o Fórum, com sala para a OAB, sala de audiências, gabinetes e o Salão do Júri.

Com minha atuação em Brasília, pude colaborar com ela e a população de Matões. Consegui apoio do governo federal para instalação da agência do INSS na cidade, facilitando o atendimento dos aposentados e dos demais interessados nos serviços da Previdência Social. Outra ação foi a reabertura da agência do Banco do Brasil, prevista para ocorrer até agosto, que vai encerrar os transtornos para a população e para a economia local, dependente do atendimento em Parnarama. Há poucos dias, já com apoio do governo do estado, para orgulho dos matoenses, a prefeita entregou a Praça Central Lula Pereira revitalizada e requalificada. O empenho da prefeita Suely foi reconhecido pela população, que a reelegeu em 2012 e que agora lhe dá 80% de aprovação. Parabéns à prefeita Suely Pereira e a todas as outras mães maranhenses. Que nós saibamos sempre reconhecer seus valores!

Governo realiza 1º Mutirão de Negociação Fiscal do Maranhão

PAG. 3 [C1]

Governo realiza 1º Mutirão de Negociação Fiscal do Maranhão

O Governo do Estado, em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), realiza o 1º Mutirão de Negociação Fiscal do Maranhão, entre 16 e 18 de maio, no hall dos cinemas do Shopping da Ilha. O evento pretende incentivar o contribuinte a regularizar débitos fiscais, assegurando desconto em multas e juros de ICMS e IPVA, conciliação jurídica, serviços do Detran e do Viva.

Organizado pelas Secretarias de Estado de Comunicação e Assuntos Políticos (Secap), de Fazenda (Sefaz), Detran, Procon e Procuradoria Geral do Estado (PGE), o 1º Mutirão tem a expectativa de receber aproximadamente três mil contribuintes inadimplentes.

Na negociação do débito fiscais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o contribuinte poderá chegar até 100% de desconto nos juros, se pagar em parcela única. Caso resolva parcelar em até 60 vezes, o desconto é de 80%, e entre 61 e 120 parcelas, o desconto será de 60%. Para negociar IPVA, o desconto chega a 100%, caso opte pelo pagamento em parcela única.

Quem tiver interesse em realizar a negociação, deve acessar o hot site do evento (www.ma.gov.br/mutiraofiscal), para, a partir da digitação do CPF, confirmar a presença no 1º Mutirão de Negociação Fiscal do Maranhão.

Edivaldo reage

O prefeito Edivaldo Holanda Júnior reagiu à tentativa de empresários locais de tentar barrar na Justiça a licitação para o transporte coletivo de São Luís. Em sua conta no twitter, o prefeito afirmou que não recuará da missão que o povo de São Luís lhe confiou e que resolverá o problema crônico do transporte coletivo da capital.

Justiça aceita denúncia contra Roseana Sarney

PÁG. 3 [C1]

“O fato de a ação ter sido provocada por políticos que sempre fizeram oposição a mim me dá a certeza de que se trata de mais uma perseguição, mas isso não me intimidará. Não tenho medo a irei me defender de mais uma injustiça”
(Roseana Sarney, ex-governadora do Maranhão)

Justiça aceita denúncia contra a ex-governadora Roseana Sarney

A Justiça do Maranhão aceitou uma denúncia oferecida pelo Ministério Público Estadual (MPMA) contra a ex-governadora Roseana Sarney (PMDB), o ex-secretário de Saúde Ricardo Murad e outras 14 pessoas, entre elas servidores públicos e representantes de construtoras, por irregularidades na construção de hospitais. Entre as denúncias, o MPMA alega que foram adquiridos terrenos para a construção de hospitais com valor superfaturado e com fraude no processo licitatório. A ação penal acusa o ex-secretário Ricardo Murad de compactuar com as fraudes nos contratos devido ao cargo que ocupava, sendo, então,

solidariamente responsável.

O MPMA também alega que o dinheiro proveniente da fraude, no valor de R\$ 1,9 milhão, foi usado para financiar a reeleição da ex-governadora Roseana Sarney no pleito de 2010.

Em nota, a ex-governadora Roseana Sarney disse que nunca foi ouvida sobre a questão e que a denúncia é genérica, sem nenhum fato específico imputado contra ela, apenas a coautoria pelo fato de ser governadora à época.

Roseana Sarney disse ainda que sempre agiu dentro da lei e em nenhum momento autorizou despesas ou interferiu

administrativamente no caso que está sendo investigado. A ex-governadora encerrou a nota dizendo que esta é mais uma ação movida por quem sempre atuou com métodos de perseguição política.

“O fato de a ação ter sido provocada por políticos que sempre fizeram oposição a mim me dá a certeza de que se trata de mais uma perseguição, mas isso não me intimidará. Não tenho medo a irei me defender de mais uma injustiça”, disse. Já o ex-secretário de Saúde Ricardo Murad não comentou a decisão porque está de licença médica e ainda se recupera de uma cirurgia cardíaca. (G1)

Ações do Judiciário

Em reunião do Gabinete de Gestão Integrada do Maranhão (GGI), no Palácio dos Leões, o juiz auxiliar da Corregedoria, Gladiston Cutrim, apresentou o planejamento das ações relativas ao meio ambiente na Justiça estadual de 1º grau que estão sendo organizadas por magistrados e membros de outros órgãos.

Na exposição o magistrado informou que em 105 comarcas do Estado tramitam processos que tratam de questões ou crimes contra o meio ambiente, sendo ao todo 1.739 processos – 575 cíveis e 1.164 criminais. O juiz informou ainda, que a corregedora-geral da Justiça, desembargadora Anildes Cruz, entende como interesse comum e prioritário as ações relativas ao meio ambiente, submetendo esse tema à agenda do Gabinete de Gestão Integrada com o intuito de discutir a melhor forma de coibir os abusos e agressões ao meio ambiente.

Chacina de Panaquatira Suspeito de participação é preso apontado como autor de latrocínio

Suspeito por participar da chacina ocorrida em Panaquatira, em São José de Ribamar, que culminou na morte do policial militar Max Muller Rodrigues de Carvalho, no dia 23 de maio de 2015, José Márcio da Conceição, de 18 anos, o “Laprel”, foi preso no fim da tarde de quinta-feira (5), mas apresentado ontem (6). Ele teria atuado, também, em um latrocínio (roubo que resulta em óbito), registrado naquela cidade. Na Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC), o delegado Jader Alves, titular da Delegacia Especial de Ribamar, explicou que o rapaz foi cercado pelos investigadores na casa de sua mãe, na Rua Bom Jesus, no Olho d’Água, no referido município. Em seu desfavor, já havia um mandado de prisão preventiva decretado, expedido pela 1ª Vara Criminal, concernente ao latrocínio, que aconteceu na noite do último dia 15. Conforme prosseguiu o delegado, naquela data, “Laprel” e outro comparsa, Kleferson Silva dos Anjos Carvalho, 18,

o “De Menor”, abordaram o brincante de bumba meu boi Osmar Lima Souza e sua esposa, Jociane da Costa, em uma praça onde se localiza a Igreja Matriz, em São José de Ribamar, sendo que o casal fotografava estátuas religiosas em um celular. De imediato, os suspeitos ordenaram que eles entregassem o aparelho, mas um deles acabou baleando o ombro do homem, quando este inclinava o braço para retirar o celular do bolso. Este tiro, segundo o próprio conduzido, atravessou o ombro da vítima e atingiu de raspão o pescoço de José Márcio. Já no chão, Osmar Lima, que também era vigilante, foi alvejado no peito, à queima-roupa, morrendo no local. Por conta deste crime, o delegado Dilson Filho, da delegacia chefiada por Jader Alves, representou contra “Laprel”, que, finalmente, foi localizado por esta equipe de captura. Segundo os investigadores, a morte do representante do bumba boi gerou um clima de revolta na



região, tendo em vista que ele era querido nas comunidades.

SIMPATIZANTE DO PCM

Na apresentação, o rapaz confessou que simpatizava com a facção Primeiro Comando do Maranhão (PCM), que disputa “territórios” com o Bonde dos 40 no Maranhão. Ademais, o jovem seria responsável por ao menos três assassinatos no município, sendo um deles ocorrido em 2014, tendo com vítima um suspeito por estupro, identificado como “Jack” ou “Fio”. Este teria sido espancado (socos e pontapés) até morte por José Márcio “Laprel”, que, provavelmente, descartou o corpo em uma canoa.

CHACINA EM PANAQUATIRA

Além da execução do provável estuprador e da morte de Osmar,

José Márcio também atuou, segundo o delegado Jader, da chacina em Panaquatira, tendo sido apreendido após o fato, quando era adolescente, no velório de um comparsa, Valbenilson dos Santos Lobato, o “Pezão” – que, inclusive, tombou em confronto com o policial Max Muller no momento do ataque criminoso. No episódio, o militar; o produtor musical Alexandre Carvalho, 36, o Cachorrão; e a estudante Ananda Brasil Meirelles, 20, morreram. Bem como não resistiram, igualmente, o criminoso “Pezão”, e outro do bando, Josinaldo Aires da Costa, 27, o “Nau Panaquatira”. Este, no entanto, caiu morto na Vila Alcione, ao confrontar guarnições do 13º Batalhão de Polícia Militar (BPM).

(NELSON MELO)

Centro de Conciliação do Fórum terá audiências concentradas em maio

O 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc), instalado no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau), fará nos dias 27, 30 e 31 de maio, audiências específicas de reconhecimento de paternidade, divórcio consensual, reconhecimento e dissolução de união estável, pensão alimentícia e partilha de bens. Pode participar quem já possui - ou não - processo tramitando em uma das Varas da Família de São Luís e agendou audiência para a data. A secretária do Centro de Conciliação, Bruna Diniz, explicou que as pessoas que não conseguiram agendar audiência - para essa pauta específica - podem comparecer, espontaneamente, em um dos três dias de audiências concentradas, desde que presentes as duas partes. Foram

abertos 50 agendamentos por dia. As audiências para o Centro de Conciliação podem ser agendadas por meio do 0800-707-1581 (Telejudiciário); no site do Tribunal de Justiça do Maranhão (www.tjma.jus.br), no link “Quero Conciliar”; ou pessoalmente, no 1º Cejusc, no horário das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira. As partes já saberão, no momento do agendamento, o dia e a hora em que sua audiência será realizada. De acordo com o levantamento realizado pela secretária do Cejusc, as ações envolvendo Direito de Família são uma das mais procuradas para audiências no Centro de Conciliação, somando mais de 300 agendamentos mensais, principalmente as que se referem à pensão alimentícia. Segundo a secretária da unidade,



Divulgação

Casal de deficientes visuais faz acordo de guarda compartilhada, no Centro de Conciliação

a maior facilidade para quem quer solucionar um conflito envolvendo essas demandas, por meio da conciliação, é a rapidez e a ausência dos desgastes tão presentes nas ações judiciais. Todas as audiências realizadas no Centro de Conciliação findam com a assinatura de um Termo de Audiência que, ao possuir acordo, é encaminhado à Secretaria Judicial de Distribuição do Fórum para, em seguida, ser enviado a uma das Varas de Família, para que

seja homologado por um juiz e, assim, passa a ter valor de título executivo judicial, com o mesmo valor de uma decisão do próprio magistrado.

RECONHECER É AMAR

As audiências de reconhecimento de paternidade da pauta específica dos dias 27, 30 e 31 de maio serão realizadas por meio do projeto “Reconhecer é Amar!”, que era executado pelas Varas da Família da capital e, agora, são feitas pelo Centro de Conciliação.